



PARA UM HORIZONTE SOMBRIO, UMA ATITUDE CLARA: UNIR, RESISTIR, LUTAR



Pormenor do presépio realizado pelos alunos do 6º Ano do Colégio dos Salesianos (antigo Colégio dos Órfãos) sob orientação do professor Alberto Pêssimo

A SPN-INFORMAÇÃO e a Direção do Sindicato dos Professores do Norte
desejam a todos os professores e leitores

BOAS FESTAS!

spn
INFORMAÇÃO

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Pós Produção Digital** Rui Moreira · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 20.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

OS NOSSOS IMPOSTOS E O NEGÓCIO DA EDUCAÇÃO

Pedro Passos Coelho nunca escondeu a vontade de rever a Constituição da República para a libertar dos chamados “princípios ideológicos”. Foi isso que esteve na base do projeto de revisão constitucional que apresentou quando chegou à liderança do PSD e que na altura se revelou muito polémico por, entre outras coisas, prever uma alteração profunda na Educação. Em 2010, o projeto foi metido na gaveta, mas PPC ainda não desistiu: em recente entrevista à TVI, defendeu “um sistema de financiamento mais repartido entre os cidadãos e a parte fiscal direta que é assegurada pelo Estado”.

Acontece que, apesar de a Constituição determinar que “incumbe ao Estado assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito” e “estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino”, o custo do Ensino Superior para as famílias portuguesas quadruplicou na última década – temos hoje das propinas mais caras da OCDE – e mesmo nos ensinos Básico e Secundário (agora também obrigatório), as famílias já têm de suportar custos consideráveis com manuais escolares e outros materiais.

Aliás, o esforço pedido às famílias é inversamente proporcional ao esforço financeiro do Estado. O relatório anual da OCDE [*Education at a Glance 2012*] conclui que Portugal está a investir em Educação quase metade do que investe a média dos países-membros. E como nota a própria organização, este facto terá consequências muito negativas no futuro do país – justamente um dos mais atrasados no que diz respeito a qualificações escolares e ao combate à reprodução das desigualdades sociais.

Um estudo da Universidade de Aveiro alerta para o negócio das explicações, que vai crescendo à custa do desinvestimento na Escola Pública e do despedimento de milhares de professores e que acentua as desigualdades entre alunos, já que uns pagam para melhorar uma décima que pode ser decisiva para o ingresso na Universidade.

Segundo um dos investigadores, trata-se de

“um fenómeno comercial em crescimento, com o explicador doméstico a perder terreno para os cada vez mais numerosos centros de explicações, muitos deles ‘franchising’ de multinacionais”.

Este fenómeno influencia os desempenhos das escolas, que são “avaliadas” pelo seu trabalho através de *rankings*, também eles convenientemente ao serviço da promoção do ensino privado – é ver nas sucessivas listas das “melhores escolas” em que lugar figura a primeira escola pública...

Uma reportagem da TVI sobre os colégios do grupo GPS (Gestão de Participações Sociais) com contrato de associação com o Estado revelou que, em 2010 e no primeiro trimestre de 2011, o grupo – com fortes laços com o poder político – recebeu mais de 52 milhões de euros. Em 10 anos, o grupo passou a deter 26 colégios e mais de 50 empresas em várias áreas e os seus ganhos são fabulosos, assim como os dos seus responsáveis. Há desvios de alunos das escolas públicas para os colégios por ordem do ministério; escolas públicas que têm instalações disponíveis e centenas de professores com ‘horários zero’. Nestes colégios, os professores são obrigados a trabalhar horas a mais e a desempenhar tarefas que não lhes competem, sob ameaça de despedimento já muitas vezes concretizada. Além disso, são pressionados a baixar notas a alunos, para que não vão a exame e possam fazer baixar os lugares GPS nos *rankings*.

Em 2011, os colégios GPS destacaram-se nas manifestações contra a redução do financiamento público aos colégios privados com contrato de associação – Nuno Crato e Passos Coelho anularam essa redução, enquanto continuam a cortar no ensino público. O grupo recebe mais do Estado e continua a crescer.

Moral da história: os nossos impostos deviam garantir uma Escola Pública de qualidade para todos. Mas o Governo prefere uma escola pública barata, com poucos professores e poucos recursos, e entregar uma parte significativa desses impostos a grupos privados, que fazem concorrência às escolas públicas e que exploram e destratam professores que o Estado considerou dispensáveis. Mas a procissão ainda vai no adro. Vamos deixá-la prosseguir?



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN



ANIVERSÁRIO DO SPN



VÊM AÍ NOVOS MEGA-AGRUPAMENTOS

O Sindicato dos Professores do Norte reitera que os mega-agrupamentos são unidades orgânicas sobredimensionadas e descaracterizadas, de uma irracionalidade organizativa sem paralelo nos países com que nos costumamos comparar, quer na União Europeia, quer na OCDE.

A Direção Regional de Educação do Norte está a desenvolver contactos tendentes à concretização de novas agregações de escolas, com efeitos já a partir de janeiro de 2013. Além das objeções de fundo que mantém relativamente a esta solução organizacional, o SPN questiona as condições em que o processo irá avançar e as implicações, nomeadamente de âmbito pedagógico, de alterações da rede no decurso do ano letivo. Por isso, pediu já à diretora regional reunião com carácter de urgência.

Em 2010 e 2011, através de um inquérito exaustivo e de reuniões formais com professores e órgãos de gestão, o SPN acompanhou e avaliou o processo de agregação dos 40 agrupamentos de escola e escolas secundárias na sua área de influência e:

- concluiu que as novas unidades orgânicas são uma irracionalidade pedagógica, um desastre organizativo e um escândalo educativo;
- recolheu 57 menos-valias verificadas nesta implementação;
- recolheu 43 palavras-chave ouvidas nas diversas reuniões – afastamento, confusão, conflitualidade, centralização, desorganização, dualidade, desrespeito, desgaste, imposição, instabilidade, perda, redução, sobrecarga, tensão;
- apresentou, em 24 de março de 2011, conjuntamente com a Fenprof, um estudo sobre a imposição de mega-agrupamentos a nível nacional, onde se condenava tal realidade;
- promoveu no Porto, em 3 de maio de 2011, a apresentação

pública da avaliação feita à imposição dos mega-agrupamentos, sublinhando a sua veemente oposição a esta solução;

- reuniu com as associações de diretores e dirigentes das escolas (ANDE e ANDAEP) e da mesma forma explicitou o frontal posicionamento contra a imposição de mega-agrupamentos;
- reuniu, em 21 de março de 2012 com conselhos gerais e direções de escola e de agrupamentos, onde auscultou as opiniões de órgãos de gestão sobre o processo de agregação em curso, e onde voltou a alertar para os resultados negativos do referido estudo;
- promoveu, em 7 de maio de 2012, uma conferência de imprensa sobre o mesmo tema, com a presença do representante dos conselhos gerais de Vila Nova de Gaia, onde denunciou a arbitrariedade da Administração ao impor agregações à revelia da vontade das comunidades educativas, expressa por autarquias e órgãos de administração e gestão das escolas.

Agora, a administração volta a insistir na irracionalidade, com a agravante de – num claro desrespeito para com as escolas, quem as dirige e quem lá estuda e trabalha – pretender implementar esta nova reorganização a meio do ano letivo. Este facto insólito fará inevitavelmente desestabilizar, desorganizar e agravar o já tão afetado clima das escolas.

Perante a situação, o SPN está a reunir com responsáveis autárquicos e dirigentes escolares e colocará à DREN a exigência de suspensão deste processo.

HORÁRIOS DE TRABALHO PARA TODOS OS GOSTOS

Na sequência da publicação do Decreto-Lei 139/2012 (revisão da estrutura curricular) e do Despacho Normativo 13-A/2012 (organização do ano letivo), os agrupamentos e escolas não agrupadas adotaram diferentes soluções quanto à organização dos tempos letivos (50 ou 45/90 minutos), o que seria previsível. Há até mega-agrupamentos recém-constituídos com diferentes soluções nas suas próprias escolas!

Mas as diferenças não se ficam por aí, encontrando-se também nas soluções para a inclusão, ou não, no horário letivo de até 100 minutos para apoio a alunos (como previsto no DN 13-A/2012), havendo docentes com 24 tempos de 45 minutos, todos eles com turma, enquanto outros têm 22 ou 23 com turma e um ou dois em apoio educativo ou sala de estudo, por exemplo.

Também a gestão dos minutos adicionais da componente letiva, no caso de tempos de 45 minutos (20 minutos para horários de 22 horas, 10 para horários de 20, 35 para os de 16 e 25 para os de 14), tem tratamento diferenciado, havendo escolas que marcam esse tempo adicional semanalmente nos horários, outras que gerem esse tempo em períodos superiores a uma semana e algumas que ignoram essa pequena, mas obrigatória, componente letiva (artigo 8º do referido DN).

O mesmo acontece com a gestão da componente não letiva de estabelecimento, nuns casos assinalada nos horários em tempos de 45 minutos (normalmente três), mas noutros como um tempo global de 150 minutos, o que se traduz em três tempos de 45 minutos e 15 minutos adicionais, os quais ora são geridos semanalmente ou de três em três semanas.

Enfim, há de tudo um pouco. Mas o “engraçado” é que, para muita gente, parece que não se passa nada...



ENCONTRO DE PROFESSORES DO 1ºCEB. No dia 6 de dezembro, o Sindicato dos Professores do Norte promoveu no Centro Escolar da Serra do Pilar (V.N. Gaia) uma reunião aberta a todos os professores do 1º Ciclo do concelho interessados em discutir diversas questões que afetam o setor: aposentação, componente letiva e não letiva, número de alunos por turma, articulação com as AEC e monodocência, foram algumas das matérias que estiveram em cima da mesa, num debate aberto e participado, que certamente irá continuar.



SPN NO CONGRESSO DA FECCOO/GALIZA

O Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof estiveram presentes na sessão de abertura do IX Congresso da Federación de Ensino das Comisiones Obreras da Galiza, que teve lugar em Santiago de Compostela, nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro, assim correspondendo ao amável convite endereçado pela direção executiva cessante daquela importante estrutura sindical galega. O próprio lema do congresso (*Recuperar dereitos para unha educación equitativa e de calidade*) bastaria para compreender como são semelhantes os problemas vividos em Portugal e na Galiza – como serão, de resto, comuns noutras paragens, sobretudo do sul da Europa. Com efeito, foi patente em várias das saudações, a denúncia das políticas neoliberais que estão a levar o caos e a destruição aos sistemas educativos, dos cortes cegos que põem em causa as funções sociais dos Estados e que não são apenas economicistas, tendo também um marcado caráter ideológico.

Na saudação ao Congresso, em nome do SPN e da Fenprof, José Manuel Costa colocou a tônica precisamente na semelhança das situações vividas na Galiza e em Portugal, constatável nos problemas e que tem de continuar a existir na união na ação contra tais políticas, que não só têm vindo a aniquilar direitos laborais e sociais, como estão a pôr em causa o futuro das gerações mais jovens, o futuro das duas nações.

Uma união que certamente a futura direção da FECCOO irá continuar a ter por objetivo, reunindo, designadamente, professores, pais, outras forças sindicais e a sociedade em geral, pois, perante os tempos difíceis que se vivem, só assim o combate pela mudança ideológica pode ter sucesso.

CGTP-IN PROMOVE PETIÇÃO

A política que tem vindo a ser seguida pelo governo de Passos Coelho, empenhado na defesa dos interesses do capital financeiro a pretexto de uma crise que ele próprio gerou e desenvolveu, aposta nas privatizações de tudo o que pode gerar lucro, fazendo seu um património que é de todos os portugueses.

Este processo de privatizações provoca um brutal empobrecimento do património público e a degradação dos serviços que o Estado está obrigado a prestar aos portugueses, que assim estão a ser privados de direitos que lhes são constitucionalmente garantidos. Estão em causa o sistema público de educação, ensino e investigação científica, o Serviço Nacional de saúde e o sistema público e solidário de Segurança Social, entre outras funções sociais do Estado. Esta ofensiva sem precedentes põe em causa os princípios de universalidade, solidariedade e justiça social consagrados na Constituição.

Por este motivo, a CGTP decidiu promover uma petição, apelando-se a um forte empenhamento de todos na dinamização, divulgação e recolha de subscritores, para que a venha a reunir o maior número alguma vez registado em petições públicas. A petição, cujo teor abaixo se transcreve, está disponível para subscrição eletrónica [<http://www.cgtp.pt>], pelo que o SPN apela à sua divulgação por todos os meios, designadamente através de e-mail e nas redes sociais.

Defesa das funções sociais do Estado

“As funções sociais do Estado são indissociáveis da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento do país. Foi com o 25 de Abril de 1974 que a generalidade das pessoas idosas passou a ter direito a pensões e reformas; foi construído um Serviço Nacional de Saúde assente na universalidade e qualidade que permitiu ganhos substantivos em saúde, como o aumento da esperança de vida e a redução da mortalidade infantil; democratizou-se o ensino, foi prolongada a escolari-

dade obrigatória e desenvolveu-se o acesso gratuito a todos os níveis de ensino.

Estas funções sociais estão a ser postas em causa pelas políticas de austeridade do Governo do PSD/CDS. O anúncio de uma redução de 4.000 milhões de euros na Saúde, na Educação e na Segurança Social, a concretizar-se, porá em causa o próprio Estado Social. Portugal não está, apenas, confrontado com um problema de ordem financeira, mas, sobretudo, com uma questão marcadamente ideológica de subversão da CRP no que respeita a direitos, garantias e princípios, nomeadamente os que consagram a coesão social e o bem-estar das pessoas.

É necessário sublinhar que o Estado português está abaixo da média europeia no que respeita a gastos com as funções sociais, embora essa realidade seja frequentemente deturpada. É ainda necessário ter presente que a destruição das funções sociais do Estado e a privatização dos serviços públicos, a par do aumento do desemprego, da precariedade, de salários cada vez mais reduzidos e do agravamento das condições de vida da população, fariam eclodir desigualdades sociais ainda mais profundas e rupturas sociais gravíssimas.

O país não está condenado à espiral de recessão, empobrecimento, e também à fome que já atinge as famílias, crianças e idosos.

Por estas razões, os/as subscritores/as da presente Petição, que pagam os seus impostos e contribuições, exigem que os princípios da universalidade e da solidariedade dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado sejam respeitados, tal como a Constituição da República consagra.

Os peticionários consideram indispensável uma mudança de política urgente que assegure o crescimento e o desenvolvimento económico, aposte na produção nacional, crie mais e melhor emprego, promova uma justa distribuição da riqueza e garanta a defesa e melhoria das Funções Sociais do Estado”.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA-GERAL
ORDINÁRIA DE SÓCIOS

23 de janeiro de 2013

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios, descentralizada, para o dia 23 de janeiro de 2013, com início às 16h30, a realizar na sede do SPN, no Porto, e nas sedes das delegações, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. **Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento do SPN para 2013**
2. **Análise da situação político-sindical**

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.

Porto, 10 de dezembro de 2012

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Ana Maria Brito Jorge

SINDICALISMO E ASSOCIATIVISMO DOCENTE: MEMÓRIAS, PROJETOS, DESAFIOS

Nos tempos que vivemos importa mais falar de desafios e projetos do que de memórias, individuais ou coletivas, por mais ricas e esclarecedoras que elas sejam. Das memórias interessa, essencialmente, reter os valores nucleares que levaram ao surgimento do Sindicato dos Professores do Norte e, porque não abdicamos deles, reafirmá-los e sustentarmos neles as respostas que somos chamados a dar aos enormes desafios que enfrentamos. Quando hoje se coloca a necessidade de definição de uma nova agenda sindical, não é por renegarmos princípios norteadores nem deixarmos de nos rever no essencial da nossa atividade. É porque os desafios são outros, mais complexos e mais contundentes, que temos a obrigação de responder à violência da ofensiva anti-sindical, que o neoliberalismo desenvolve e intensifica nos últimos anos, com uma revitalização do sindicalismo, que exige um reforço da consciência dos trabalhadores sobre o papel insubstituível dos sindicatos. As limitações de direitos sindicais sucedem-se, e não só em Portugal. A contestação social que hoje é feita à aplicação das políticas neoliberais é cada vez mais ampla, mais



envolvente e mais implicada, o que determina, pela óbvia inclusão dos sindicatos neste conjunto, que equacionem como vetor estratégico da sua atuação considerarem-se a si próprios como movimento social, com todas as implicações que tal conceito possa ter. “Nas últimas duas décadas os sindicatos definiram em grande medida as suas estratégias e práticas numa lógica defensiva face à agenda liberal”, dizia o Manifesto contra a escalada neoliberal: por uma nova agenda sindical, apresentado em Junho de 2011, não por fatalismo ou inevitabilidade, mas por constatação factual das movimentações mais recentes dos vários sindicatos, de professores incluídos.

Mais à frente, no mesmo texto, lia-se: “Ao fechamento dos sindicatos é preciso responder com a abertura e diálogo com outras organizações e associações da sociedade civil, criando sinergias e potenciando a ação comum efetiva. A relação dos sindicatos com os partidos políticos, que foi sendo historicamente uma constante do movimento dos trabalhadores, tem de ser repensada, reforçando a autonomia e independência dos sindicatos, mas permitindo a ação conjunta quando a natureza transversal do combate político e social o exigir”.

continua na pág. 9 >

Alargar horizontes de reflexão e ação

Seguramente, esta exigência nunca foi tão forte e premente como agora. Sabemos que se trata de um campo difícil e complexo, em que não podemos pensar em ocupar o espaço legítimo de outros. Mas se conseguirmos perspetivar bem o nosso próprio espaço e soubermos agir de forma concertada com outros na prossecução dos mesmos objetivos, estaremos a dar um impulso porventura decisivo na luta comum contra o descalabro social e político que nos vêm impondo. Uma vantagem temos sobre outro tipo de forças que conosco interagem: os nossos enraizados hábitos de trabalho unitário, de respeito pela diversidade, de construção de opiniões de forma participada, condição indispensável para que sejam também empenhadas. Até porque sabemos bem que as melhores estratégias são inúteis quando adotadas apenas pelas cúpulas dirigentes. Sabemos que, para serem válidas, têm de ser compreendidas e aceites pelos quadros locais dos sindicatos, pelos representantes sindicais a todos os níveis e, principalmente, pelos trabalhadores sindicalizados. Não há verdadeira democracia sindical sem a humildade democrática de saber que a nossa opinião é apenas a nossa opinião e que a opinião coletiva é uma construção que parte de muitas opiniões, incluindo aquelas que são diferentes da nossa.

A revitalização do sindicalismo, tão essencial nos tempos que correm, passa muito pela demonstração da capacidade dos sindicatos em alargarem horizontes de reflexão e de ação, mas também por assumirem, sem tibiezas, que o reforço da sua democracia interna é a principal pedra de toque para o crescimento do protagonismo que são chamados a desenvolver. O próprio conceito de solidariedade, seguramente um dos mais nobres valores em que assenta a intervenção sindical, precisa de ser reforçado, em tempos onde não se vislumbra a existência de um perfil comum dos membros dos sindicatos, em que a identidade coletiva não é um dado adquirido (se é que alguma vez o foi...), antes, também ela, uma construção que exige

muita reciprocidade, apesar das identidades diferentes e dos diferentes interesses que delas resultam.

O individualismo, a competição, o egoísmo, a mentalidade de mercado, são valores apologéticos do neoliberalismo, e vêm sendo paulatinamente instalados de há vários anos para cá, corrompendo fortemente outros valores, esses sim, intrínsecos à profissão docente, como a cooperação, a partilha, a entreatajuda e, claro, a solidariedade.

Só que não basta constatar a existência deste ínvio percurso. Temos de ir bastante mais além. Temos de saber apresentar de forma consistente e ganhadora de mentalidades um percurso alternativo, construído no cimento da solidariedade ativa, motivadora e dirigida a um futuro melhor.

Responder globalmente à ofensiva global

Uma das necessidades atuais de viver e incrementar a solidariedade como eixo central da ação sindical é pensá-la também a nível internacional.

A globalização exige solidariedade internacional enquanto lastro indispensável ao enlace de lutas e movimentações no mesmo sentido, dado que preparar respostas globais tem de ser a matriz essencial para a resistência que há que opor à ofensiva global que percorre o mundo, e a Europa mais intensamente.

A inscrição desta forma de agir na agenda sindical é indispensável e inadiável, e o facto de ainda há poucos dias (14 de novembro) se ter realizado uma ação convergente a nível europeu, com um carácter inédito em relação ao passado recente, coordenando-se diferentes formas de luta e algumas greves gerais sob a égide da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), aponta bem o caminho do futuro. Também por isso, o internacionalismo tem de ser integrado na formação e na ação sindical, conjugando o binómio agir já e pensar melhor o futuro.

Retomando a ideia de identificar os principais desafios que se colocam ao sindicalismo dos nossos dias, podemos descrevê-los assim:

- desenvolver e aprofundar a democracia interna dos sindicatos, impulsionando espaços de reflexão coletiva que conduzam à definição de uma estratégia de ação em que todos se possam rever;
- desenvolver uma contraofensiva ideológica forte, que possibilite uma melhor consciência dos trabalhadores do cenário político, económico e social em que se movimentam e lhes abra perspetivas novas de ação futura;
- alargar alianças com outros movimentos progressistas, criando espaços de discussão abertos e plurais e equacionando ações conjuntas que possam dar mais força à resposta global que esta ofensiva merece;
- favorecer espaços em que o internacionalismo no pensamento e na ação frutifique e alimente a ação conjugada que possa globalizar respostas e fortalecer a contraofensiva que nos cabe realizar.

Como era prognóstico e desejo manifesto de alguns, o tempo dos sindicatos não acabou. Cabe a todos nós mostrar por palavras, mas sobretudo evidenciar pela ação, o papel insubstituível que lhes cabe na luta por um futuro melhor.

Abel Macedo
direção do SPN

Nota

Intervenção na sessão comemorativa do 30º aniversário do SPN, numa mesa de reflexão sob o tema em título e em que participaram também Isabel Baptista, diretora d'a Página da Educação, e Licínio Lima (Universidade do Minho).



O ORÇAMENTO ERA SÓ PARA COMEÇAR

De todas as transformações ocorridas em Portugal, com a democracia, a mais extraordinária de todas foi o esbatimento das fronteiras de classe, ou casta. A pretexto de uma emergência financeira, o governo desencadeou um processo de reengenharia social que está a pôr em risco a sociedade. É tempo de exigir que a ordem constitucional vigore. Mas se as instituições falharem, os portugueses não deixarão de encontrar forma de impedir que um grupo de lunáticos destrua o que deu tanto trabalho a construir.



O Orçamento do Estado (OE) que todos sabem ser impossível, inclusive os deputados que o aprovaram, acabou por ser votado na especialidade praticamente sem alterações. Este orçamento significa, como os seus próprios autores assumiram, um violento abalo no rendimento disponível das famílias. Choca pela insensibilidade. Mas a novidade porventura ainda mais perturbadora é que não se apresenta já como um pedido de “sacrifícios” temporários para resolver problemas urgentes, mas antes como o início de um grande corte permanente, como um passo em frente rumo ao subdesenvolvimento, chamado de “ajustamento” na linguagem da *troika*.

De facto, ainda o OE não tinha começado a ser discutido na Assembleia da República, já o primeiro-ministro anunciava que ele era só o princípio. Ao aumento da carga fiscal a que alguns, inclusive na área política do governo, chamaram confisco, seguir-se-ia, por força de um acordo sub-reptício com a *troika*, um igualmente brutal corte “permanente” na despesa de 4 mil milhões de euros.

O ministro das Finanças apressou-se a justificar o dito corte antes que o seu primeiro abrisse a boca. Protestam contra o confisco orçamental? Então isso quer dizer que não querem pagar o Estado Social tal como existe. Não se pode ter tudo: o Estado Social que pode existir é o “Estado Social que os portugueses querem ter e o Estado Social que os portugueses querem pagar”.

Quem ainda não tinha percebido, ficou então a saber que cortar na despesa pública é cortar no Estado Social. Para muitos, isto é uma novidade, já que, com tantas horas de conversa na televisão sobre o despesismo do Estado, estariam convencidos de que o Estado não produz nada e que a despesa pública é simples desperdício.

Não é assim. Como passou a perceber-se quando o primeiro-ministro finalmente abriu a boca, os cortes na despesa também têm de ser pagos. Para a revelação desta verdade simples muito contribuiu a desajeitada entrevista televisiva e a sua referência à participação das famílias no financiamento das despesas de ensino. Embora misteriosamente desmentida pelo ministro da Educação, esta ameaça deve ser tomada a sério.

Via para a privatização dos serviços públicos

Quatro mil milhões de euros é muito dinheiro. Quase dez por cento da despesa efetiva do Estado. Quase metade da despesa em Saúde. Mais de metade da despesa em

Educação. O Estado Social é parte substancial da despesa pública. É saúde, educação, habitação. Quem vai pagar os cortes? Se o financiamento do Estado Social não vem do orçamento do Estado, isto é dos impostos, então as despesas de educação, de saúde, de habitação, entre outras, têm de ser pagas pelo orçamento das famílias. Quem paga em qualquer caso é o cidadão, como não podia deixar de ser. O problema é que a forma como paga, ou deixa de pagar, não é indiferente. O modo como as despesas sociais são cobertas determina o tipo de sociedade em que vamos viver no futuro. A redução da despesa em saúde e educação será tentada, numa primeira fase, substituindo despesa financiada pelas receitas públicas (impostos) por copagamentos dos utentes. Dir-se-á, como já ouvimos, não fazer sentido dispensar os “ricos” de pagar a saúde e a educação que “consomem”, que os serviços públicos devem ser pagos por quem pode em proporção ao seu rendimento e que o Estado deve financiar apenas “os pobres”. Soa bem, mas engana muito.

Uma vez assumido o copagamento pelos “ricos”, a privatização dos serviços públicos torna-se viável. A privatização poderá assumir uma de duas formas. Numa das modalidades, as escolas e os hospitais são privatizados e os “ricos” pagam, enquanto os “pobres” recebem senhas de racionamento, ou algo semelhante. Noutra modalidade, os serviços das escolas e dos hospitais públicos tornam-se tão caros para “os ricos” como os das escolas e serviços de saúde privados e, à margem do serviço público, nascem e proliferam escolas e hospitais privados agora financeiramente “viáveis”.

Em ambos os casos o resultado será um sistema de saúde e de educação dual. As escolas e hospitais privados da primeira modalidade, a que “os pobres” acedem por senha de racionamento, fecham-se a pobres: as escolas, por “más notas” ou “mau comportamento”; os serviços de saúde, por ordenação no topo da lista de espera dos “clientes” solventes. Os sistemas da segunda modalidade evoluem para escolas e hospitais públicos degradados, para “pobres”, e escolas e hospitais ditos de “qualidade”, para ricos.

Será que esta é a sociedade em que queremos viver?

Contributo decisivo da Saúde e da Educação

A verdade é que, no passado, já conhecemos uma sociedade dual semelhante à que pode nascer das ruínas do Estado Social. Depois construímos, em pouco tempo, um Serviço Nacional de Saúde e uma Escola Pública de que nos devemos orgulhar, sejam quais forem as suas debilidades. Este Serviço Nacional de Saúde e esta Escola Pública têm custos que são pagos por impostos progressivos de “ricos” e “pobres” em regime de redistribuição. O “rico” não paga o hospital e a escola pública

neste regime? Já pagou e pagou mais do que o “pobre” no caso de ter pago impostos. Todos temos a ganhar em que “rico” e “pobre” acedam em condições de igualdade aos serviços públicos, desde que todos paguem os impostos em regime progressivo.

De todas as transformações ocorridas em Portugal com a democracia, a mais extraordinária de todas foi o esbatimento das fronteiras de classe, ou casta, que caracterizavam a sociedade portuguesa até 1974. O Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública deram o contributo decisivo para este esbatimento quando se abriram à sociedade no seu conjunto e proporcionaram um local de encontro e de convivência entre pessoas de diferentes estratos sociais como antes nunca tinha existido em Portugal. Nas escolas, jovens de diversas origens sociais aprenderam, com maior ou menor dificuldade, a conviver, fizeram amigos, tornaram-se mais tolerantes. Esta aprendizagem vale porventura mais do que todos os conteúdos formais de ensino. Nos hospitais, pessoas nascidas em circunstâncias muito desiguais, tiveram oportunidades semelhantes de aceder a cuidados, em geral, de qualidade.

Pior do que empobrecimento

O que está a acontecer – o que irá acontecer com “os cortes do lado da despesa” – é nada mais nada menos do que a recomposição das barreiras de classe na sociedade portuguesa. Isto é pior do que empobrecimento generalizado, temporário ou permanente. O que se prefigura é uma entrada coletiva numa máquina do tempo que transporta os mais velhos para onde julgavam estar livres de regressar e os mais novos para um futuro que não são capazes sequer de conceber – uma sociedade fragmentada.

A pretexto de uma emergência financeira, o governo português, sem mandato recebido em eleições, desencadeou um processo de reengenharia social que está a pôr em risco a sociedade. As Constituições existem precisamente para evitar que um grupo de lunáticos ganhe acidentalmente umas eleições com promessas em papel molhado e se apodere do Estado para a partir dele transformar a sociedade contra o interesse geral. O memorando de entendimento com a *troika* suspendeu muita coisa, mas não suspendeu a Constituição.

Pois bem, é tempo de exigir que a ordem constitucional vigore. Mas se as instituições falharem, e podem falhar, os portugueses não deixarão de encontrar forma de impedir que um grupo de lunáticos destrua em pouco tempo o que deu tanto trabalho a construir.

José Castro Caldas

Economista/investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra



PROFESSORES CONTRATADOS SÃO CIDADÃOS DA EUROPA

“Life is People” Bill Fay, músico inglês, Agosto de 2012



Em Maio deste ano, nesta publicação, escrevi sobre aquele que considero ser um comportamento ilegal – e imoral, para ser justo nas palavras – do Estado Português em relação aos contratados a termo resolutivo. Apesar de ter feito incidir esse artigo sobre a actuação do Ministério da Educação, em rigor trata-se de uma violação do direito comunitário extensível a todas as áreas do emprego público. Como tive oportunidade de referir, o que está colocado em crise é o Direito Comunitário, em concreto a Directiva 1999/70 e o Acordo-Quadro CES, UNIPE e CEEP. Para não persistir na repetição substantiva do tema, vou resumir correndo o risco da simplificação.

O Direito Comunitário, através dos instrumentos citados, impõe aos Estados-membros a transposição daquela directiva e a adopção de medidas muito concretas que permitam atingir o objectivo fulcral de evitar a utilização abusiva da contratação a termo. Estas imposições têm uma razão simples, que consiste no reconhecimento de que o contrato de trabalho sem termo é, entende o Direito europeu, a forma mais comum – e desejável, permito-me acrescentar – de estabelecer uma relação laboral.

Posteriormente ao artigo que escrevi, a Provedoria de Justiça pronunciou-se sobre esta matéria, numa recomendação cuja leitura aconselho e que vem na esteira de decisões judiciais dos tribunais portugueses e, sobretudo, do Tribunal de Justiça das Comunidades. Note-se que o Estado Português, curiosamente à semelhança da Grécia, transpôs parcialmente a directiva em apreço, apenas para as relações laborais privadas, tendo estabelecido limites para a duração total dos contratos a termo resolutivo e para o número de renovações máximas permitidas. No que diz respeito às relações de emprego público, onde o Estado surge como entidade empregadora, a directiva não foi transposta e a finalidade do acordo-quadro encontra-se por cumprir.

Impõe-se o recurso à tutela judicial

Perante este cenário, e na sequência dos estudos e reuniões que os departamentos de contencioso dos sindicatos da Fenprof promovem regularmente, foi decidido o recurso à via judicial para tentar a aplicação do Direito Comunitário aos professores portugueses contratados. O contencioso do SPN tem emprestado com ânimo os seus esforços a este propósito, cuja concretização vai acontecer ainda durante este ano civil. Não obstante o conhecimento das dificuldades que uma

questão desta natureza comporta, sobretudo pela complexidade técnica e inevitável morosidade, a realidade é que a justiça inerente a este assunto não permite que o tema seja encarado de forma diferente. Em causa está a celebração reiterada e sucessiva de contratos a termo, sempre sob o pretexto de suprimento de necessidades residuais e transitórias.

A questão pode e deve começar por ser colocada de uma forma nada técnica: como pode alguém reputar de transitória ou temporária a necessidade que origina a contratação ininterrupta (mediante contratos sucessivos) de um docente durante dez anos? A resposta só pode ser negativa e não precisa de grande conhecimento ou aprofundado estudo, mas apenas da mais elementar regra de interpretação jurídica, do bom senso. Mas a medida não foi traçada na década, pois o Estado, na transposição que em 2003 efectuou para o Código do Trabalho, escolheu uma bem inferior: os contratos a termo devem ter por limite 3 anos de duração, renovações incluídas, e as renovações apenas podem ser duas. Esta foi a regra estabelecida e entretanto alterada a título extraordinário. Independentemente do pormenor, a verdade é que foi o Estado a escolher a medida destas limitações ao uso abusivo da contratação a termo, facto que impõe outra pergunta: por que não aplicar a mesma medida ao Estado empregador? Aqui, confesso, não encontro razões para responder na negativa, apesar do esforço feito nesse sentido.

É por isto, pelas razões de pormenor mais técnico que aqui registei em Maio e por muitas outras entretanto apuradas, que se impõe o recurso à

tutela judicial como forma de garantir que os professores contratados em Portugal são também cidadãos da Europa, sujeitos do Direito europeu e não apenas números dessa Europa da contenção orçamental.

Muitas decisões favoráveis

Ainda no domínio da defesa dos direitos dos professores contratados, é forçoso salientar o facto de os sindicatos da Fenprof terem já ultrapassado as 90 decisões favoráveis no que diz respeito ao pagamento da compensação pela caducidade dos contratos a termo. São muitas mais as que faltam decidir e as que temos para interpor em representação de todos os que procuram os nossos serviços, mas não posso deixar passar este elevado e pouco habitual número de decisões contra a entidade pública demandada, que persiste no entendimento de que nenhuma compensação é devida no momento em que faz caducar os contratos.

É a escolha dos números em detrimento dos direitos, sem qualquer esforço de conjugação que julgo possível, preservando o núcleo essencial do orçamento e dos direitos. Foi por esta constatação que escolhi começar o texto com o nome do disco de um músico e autor da minha preferência e que em 2012, ano de desânimos e de decisões de inconstitucionalidade que o são, mas só para o ano, me fez regressar ao que o ruído diário nos faz esquecer com tanta facilidade.

José Miguel Pinho



Mantendo a tradição, os sócios aposentados do Sindicato dos Professores do Norte vão reunir-se num **Almoço de Reis: 7 de janeiro**, às 13 horas, no Hotel Fénix Ipanema – Rua do Campo Alegre, nº 156, no Porto. Os associados que pretendam participar devem inscrever-se até 4 janeiro. Entretanto, o próximo programa turístico já está apazado: **Chipre, de 31 de maio a 9 de junho**. A base será em Limassol, com visitas à própria cidade (cidade velha, catedral, vinhedos), montanhas de Troodos (igrejas bizantinas), Nicósia (Catedral de S. João, Museu Bizantino), Paphos (Parque Arqueológico) e Famagusta (parte ocupada do território). **Para mais informações: 226 070 500/584**

ROSTOS E MOMENTOS DO SPN

A edição de uma fotobiografia foi uma das iniciativas que assinalaram o 30º aniversário do Sindicato dos Professores do Norte. Profusamente ilustrada, a obra recorda *os rostos, os combates, as vitórias, os laços* de um *percurso coletivo riquíssimo* e inclui um conjunto de testemunhos, designadamente, dos coordenadores das sucessivas direções do SPN (Mário David Soares, Abel Macedo, Manuela Mendonça), dos três secretários-gerais da Fenprof (António Teodoro, Paulo Sucena, Mário Nogueira) e de Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN à data da fundação do sindicato e da adesão formal à central sindical. Inclui, ainda, uma evocação de quatro “históricos” do SPN – José Gomes Bento, Tozé Costa Carvalho, Adriano Teixeira de Sousa e Zé Paulo Serralheiro – e uma cronologia da atividade sindical, desde a fundação até ao presente. Com chancela Profedições, a fotobiografia está à venda nas sedes e delegações do sindicato.



“É preciso dizer não às inevitabilidades a partir de um princípio bem experimentado: a política é a gestão de alternativas, é um exercício permanente de descoberta e de construção de novos rumos de resposta aos problemas que surgem a cada dia”. Em *Vencer o Medo - Ideias para Portugal*, Manuel Carvalho da Silva diz-nos, sem ambiguidades, que há caminhos para sair da *crise*: que obrigam a outras políticas, só possíveis com outro governo, mas também a uma outra Europa, dos cidadãos e dos povos. Com chancela Temas e Debates / Círculo de Leitores, o volume recolhe um conjunto heterogéneo de escritos e comunicações que traduzem ideias, sobre Portugal e a Europa, capazes de *gerar alternativas* à situação asfixiante em que vivemos e que parece não ter solução.

IDEIAS DE FUTURO E DE ESPERANÇA

**MANUEL CARVALHO
DA SILVA**

**VENCER
O MEDO**

SCHEISSE, ESTAMOS FARTOS!

Os portugueses estão fartos de ser entroikados!
Estão fartos destes soldados do capitalismo selvagem, golpistas do Estado Social, tropa-fandanga da democracia... De eleitos incumpridores, políticos enganadores, decisores incompetentes, governantes batoteiros...

Já não há pachorra... Nem forma simpática de dizer. Esta governança tem de ser posta na rua. E em sentido. E se quem tem o dever de o fazer não faz, há de ser quem tem a verdadeira autoridade a pôr fim ao regabofe. Assim o povo queira e saiba, antes que o regabofe acabe com ele...

Dito isto, que tenham boas festas! E ganhem juízo...

António Baldaia





spni
INFORMAÇÃO

DIRETORA MANUELA MENDONÇA

Ano XXVII · II Série · N.º 56
Dezembro 2012 · 2 euros
spninfo@spn.pt

nesta edição

- a abrir
02. **Boas festas!**
- editorial
03. **Os nossos impostos e a negociata da educação**
- ação sindical
05. **Vêm aí novos mega-agrupamentos**
06. **Horários de trabalho para todos os gostos**
Encontro de professores do 1ºCEB
SPN no congresso da FECCOO/Galiza
07. **CGTP-IN promove petição**
08. **Sindicalismo e associativismo docente: memórias, projetos, desafios**
- nacional
10. **O Orçamento era só para começar**
- opinião
12. **Professores contratados são cidadãos da Europa**
- apostas spn
14. **Rostos e momentos do SPN**
Ideias de futuro e de esperança
- a fechar
15. **Scheisse, estamos fartos!**
- separata colecionável nº 6
- Presente/Futuro**
- O cratismo | A importância do sindicalismo**
- *Cratismo*
 - *Sindicalismo nacional e internacional*
 - *Entrevista com Manuela Mendonça: Reafirmar o spn pela força do coletivo que somos*

As sedes do Sindicato dos Professores do Norte
estarão encerradas nos dias 24-26 de dezembro
e 31 de dezembro a 2 de janeiro